

# Estatais ajudam e superávit primário vai a 4,47% do PIB

*Agosto registrou o melhor resultado para o mês, com alta de 134,76% sobre julho*

FERNANDO NAKAGAWA  
BRASILIA

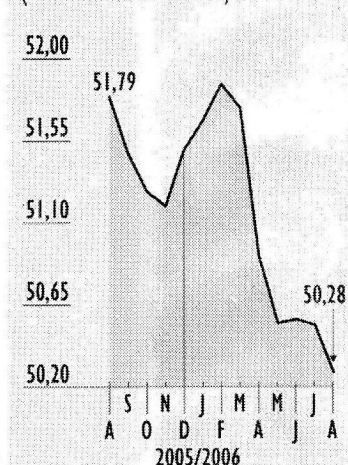
Em meio às acusações de que o governo federal abriu a torneira de gastos para ajudar a campanha à reeleição do presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica anunciou ontem crescimento do superávit primário do setor público consolidado – que inclui os governos regionais e federal, além de estatais. Relatório do Banco Central divulgado ontem também revelou que – apesar do processo de redução da taxa básica de juros (Selic), iniciado há um ano – o gasto com o pagamento de juros está em trajetória ascendente.

A mudança na composição da dívida pública brasileira explica o aumento de tal despesa, que já supera 8% do Produto Interno Bruto (PIB).

No mês passado, o superávit primário do setor público consolidado foi de R\$ 13,182 bilhões, o melhor resultado da série histórica – iniciada em 1991 – para agosto. O resultado é 134,76% maior do que o registrado em julho. Em relação a agosto do ano passado, a alta foi de 29,41%. As estatais foram decisivas para a obtenção da economia recorde.

No mês passado, as empresas controladas por União, estados e municípios registraram superávit primário de R\$ 5,1 bilhões. O resultado foi inflado

## DÍVIDA PÚBLICA (Saldos - em % do PIB)



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

pela operação de aumento de capital da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que teve impacto líquido de R\$ 1,5 bilhão. Os governos regionais colaboraram com economia de R\$ 833 milhões, e o governo central com R\$ 7,23 bilhões. Já o pagamento de juros da dívida somou R\$ 15,57 bilhões. Ou seja, houve déficit nominal de R\$ 2,39 bilhões no mês passado.

Em agosto, a relação entre dívida e PIB caiu de 50,5% para 50,3%. Em quatro meses, o indicador recuou 0,7 ponto. O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, disse acreditar na estabilidade do dado neste mês. Até o fim do ano, acrescentou, o índice deve voltar à casa de 50,5% do PIB. Entre janeiro e agosto, o superávit foi de R\$ 75,951 bilhões, ou 5,69% do PIB. Nos 12 meses encerrados em agosto, o esforço para o pagamento de juro totalizou R\$ 90,525 bilhões ou 4,47% do PIB. Em julho, o resultado

havia sido de 4,35% do PIB.

A meta perseguida pelo governo é de 4,25%. Neste mês, completa um ano de vida o processo de redução da Selic. Apesar dos cortes, o gasto com juros da dívida cresce há quatro meses consecutivos na comparação com o PIB.

No acumulado de 12 meses até agosto, o Brasil pagou R\$ 162,123 bilhões com juros. O valor equivale a 8,01% do PIB. Em maio, o desembolso era menor, de 7,85% do PIB. Em junho e julho, foi de 7,93% e 7,95%, respectivamente.

“O pagamento de juro não cai porque há mudança na composição da dívida, com aumento da parcela prefixada e a ligada ao câmbio”, disse Lopes.

No acumulado do ano, a parcela pós-fixada – que acompanha a Selic – caiu 2,1 pontos, para 46,3% da dívida interna. Já a parcela prefixada aumentou 4,4 pontos, para 32%, e a ligada ao Índice de Preço ao

**Apesar da redução da taxa Selic, cresce o gasto com o pagamento de juros, que já supera 8% do Produto Interno Bruto**

Consumidor Amplo (IPCA) saltou 7 pontos, para 14,2%.

O aumento da parcela prefixada é um dos principais objetivos da administração da dívida pública. Segundo técnicos do Tesouro, o crescimento do custo do serviço da dívida é o preço a ser pago, pelo menos no curto prazo, pela maior previsibilidade da gestão da dívida interna.